



17 DE AGOSTO DE 2018

Segunda-feira

- SECEX FAZ AJUSTES EM NORMAS PARA IMPORTAÇÃO DE AUTOPEÇAS COM REDUÇÃO DE IMPOSTO
- "BENEFÍCIOS FISCAIS PARA MONTADORAS ATINGIRÃO RECORDE DE R\$ 7,2 BILHÕES EM 2019
- GOVERNO PODE COBRIR ATÉ 70% DOS CUSTOS DE P&D DA INDÚSTRIA
- DEMANDA INTERNA POR BENS INDUSTRIAIS CAI 0,6% EM JULHO ANTE JUNHO, DIZ IPEA
- CRESCER O NÚMERO DE EMPRESAS COM MENOR EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PAÍS
- SISTEMA INDÚSTRIA JÁ SONDA O QUE VEM POR AÍ
- INCENTIVOS SÃO "GOTA D'ÁGUA NO OCEANO DE TRIBUTOS", DIZ ANFAVEA
- FALTA DE GESTÃO FINANCEIRA AMEAÇA MICROEMPREENDEDORES
- PLANO DE NEGÓCIOS É FUNDAMENTAL PARA O EMPREENDEDOR QUE DESEJA ABRIR UM NEGÓCIO
- MULTINACIONAL INVESTIRÁ R\$ 125 MILHÕES EM NOVA PLANTA NO INTERIOR DE SP
- FABRICANTE DE EMBALAGENS DE PAPELÃO INVESTIRÁ R\$ 90 MILHÕES EM SUAS FÁBRICAS
- COTAS OBRIGATÓRIAS PROVOCAM ATRITO ENTRE EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO E MPT
- APÓS MECANIZAÇÃO, INDÚSTRIA DE COLHEDORA DE CANA SE AJUSTA AO MERCADO
- DESCONTO DADO POR EMPRESAS DE VALE REFEIÇÃO RESULTA EM DISCUSSÃO NA JUSTIÇA
- ARTIGO: "NÃO VAMOS FALAR DE REFORMA TRIBUTÁRIA

- INADIMPLÊNCIA DE CONTAS BÁSICAS ATINGE 3 MILHÕES DE IDOSOS, AFIRMA SERASA
- CONSUMIDOR TENTA MELHORAR NOTA DE CRÉDITO PARA CONSEGUIR EMPRÉSTIMO
- DESESPERANÇA FAZ TRABALHADOR DESISTIR DE PROCURAR EMPREGO
- ECONOMIA CRESCE 0,57% EM JULHO, DIZ BANCO CENTRAL
- IPCA PARA 2018 PASSA DE 4,05% PARA 4,09%, APONTA FOCUS
- PROJEÇÃO DA SELIC NO FIM DE 2018 PERMANECE EM 6,50% AO ANO, MOSTRA FOCUS
- PROJEÇÃO PARA ALTA DO PIB DE 2018 CAI DE 1,40% PARA 1,36%, MOSTRA FOCUS DO BC
- BANCO CENTRAL REVISA IBC-BR DE JUNHO ANTE MAIO DE 3,29% PARA 3,42%
- CÂMBIO PARA FIM DE 2018 SOBE DE R\$ 3,80 PARA R\$ 3,83, APONTA FOCUS
- DÓLAR SUBIU MAIS NAS ELEIÇÕES DE 2002, SEGUNDO FGV
- IMPORTADORES REDUZEM COMPRAS EM 30% COM DISPARADA DO DÓLAR
- CONSELHO DA VOLKSWAGEN PREPARA MEDIDAS PARA IPO DE CAMINHÕES, DIZ AGÊNCIA
- INCORPORADORAS CHINESAS OFERECEM BMW COMO BRINDE PARA ATRAIR COMPRADORES
- PREÇO DA GASOLINA NAS REFINARIAS É MANTIDO NA MÁXIMA DE R\$ 2,2514 PARA DIA 18
- ZF AFTERMARKET AVANÇA NO BRASIL COM CANAIS DIGITAIS E OPENMATIC

CÂMBIO		
EM 17/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,175	4,175
Euro	4,878	4,880

Fonte: BACEN

Secex faz ajustes em normas para importação de autopeças com redução de imposto

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) publicou, no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 17, a Portaria 49 que faz alterações em norma anterior, a Portaria 23, de 14 de julho de 2011, que dispõe sobre operações de comércio exterior.

Os ajustes foram feitos no capítulo referente à habilitação para importação de autopeças destinadas à produção de tratores, colheitadeiras, máquinas agrícolas e rodoviárias autopropulsadas com redução do imposto de importação ao montante equivalente à aplicação da alíquota de 8%, prevista no Acordo sobre a Política Automotiva Comum firmado entre o Brasil e Argentina.

Segundo a nova portaria, agora as empresas fabricantes de autopeças que queiram se habilitar deverão apresentar declaração firmada pelos representantes legais da empresa afirmando que mais de 25% do valor do seu faturamento líquido anual é decorrente de venda de bens de sua produção destinados à montagem e fabricação dos produtos automotivos e/ou ao mercado de reposição de autopeças.

A norma anterior exigia que as empresas tivessem mais de 50% de seu faturamento líquido anual decorrente da venda de bens de sua produção destinados à montagem e fabricação de produtos automotivos ou ao mercado de reposição.

"Benefícios fiscais para montadoras atingirão recorde de R\$ 7,2 bilhões em 2019

17/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 16-09-2018)

A renúncia fiscal mais do que triplicou em relação aos R\$ 2,3 bilhões previstos para este ano

O governo vai abrir mão, no ano que vem, de R\$ 7,2 bilhões em impostos com a concessão de incentivos tributários para a indústria automobilística, um dos setores com maior força de pressão em Brasília. A renúncia fiscal mais do que triplicou em relação aos R\$ 2,3 bilhões previstos para este ano.

Será o maior valor da história. A título de comparação, corresponde a 6% de todos os recursos previstos para a área de educação na proposta de Orçamento de 2019, em tramitação no Congresso. De 2008 a 2019, o governo deixará de arrecadar R\$ 34,6 bilhões com o setor, de acordo com estimativa da Receita Federal.

O salto de R\$ 5 bilhões entre 2018 e 2019 será puxado pelo crescimento na produção de veículos, esperado para o ano que vem. O aumento também é resultado da mudança de metodologia que permitiu à Receita "captar" melhor dados que estavam "fugindo" do alcance dos fiscais na elaboração das projeções. Para 2019, pela primeira vez, a Receita usou dados de Escrituração Contábil, o programa entregue pelas empresas com diversos dados, como balanço patrimonial, produção e vendas.

Com o refinamento das projeções, a renúncia estimada ficou mais próxima da realidade, na avaliação dos técnicos. É um indicativo de que, nos últimos anos, a perda pode ter sido maior que a estimada pelo Fisco.

A fatura no ano que vem pode aumentar ainda mais. Parlamentares já acenaram que vão ampliar os incentivos previstos na Medida Provisória que criou o Rota 2030, o novo programa de incentivos aprovado pelo presidente Michel Temer, que ainda tramita no

Congresso. Polêmico, o Rota vai conceder R\$ 2,1 bilhões de renúncia para o setor automotivo em 2019.

Além disso, também pode ser renovado o programa de incentivos que responde pela maior parte da renúncia de 2019. O fisco estima que custará R\$ 4,6 bilhões um benefício concedido a montadoras instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que têm crédito presumido de IPI em troca de projetos de investimentos apresentados até 2010. O incentivo existe desde 1997, mas foi sendo renovado e ampliado ao longo dos anos.

O benefício tem prazo para terminar em 2020, mas o senador Armando Monteiro (PTB-PE) já apresentou emenda para renová-lo mais uma vez.

Montadoras com fábricas na região têm procurado parlamentares para pressionar pela renovação. Em visita a Pernambuco, em março, o presidente Michel Temer disse que iria "providenciar" a renovação. Monteiro sustenta que a prorrogação é necessária para viabilizar, por exemplo, a expansão de uma fábrica da Fiat que prevê investimentos de R\$ 7,5 bilhões até 2022. "Sem os incentivos, a viabilidade econômica dos projetos na região estaria comprometida."

E a LDO?

O incremento de renúncias tributárias para o setor automotivo está na contramão do plano exigido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de reduzir, em 10 anos, 50% do volume dos incentivos concedidos por meio de tributos, que só em 2019 vai chegar a R\$ 306,4 bilhões.

Segundo o secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência, João Manoel Pinho de Mello, o aumento dos benefícios automotivos em 2019 reflete em boa parte o impacto do fim do Inovar-Auto e do Rota 2030 que se dará a partir do próximo ano.

Contrário inicialmente ao novo programa, Pinho de Mello avalia que o modelo encaminhado ao Congresso ficou adequado, sem risco de ser questionado pela Organização Mundial do Comércio. Ele defendeu o benefício alegando que é um setor emblemático do ponto de vista do emprego. Para o secretário, não se pode ser "dogmático" em relação às renúncias. "O importante é avaliar o resultado das políticas", ponderou.

O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior argumentou, por meio de nota, que "como gestor do programa de incentivos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tem monitorado o alcance dos objetivos do regime, especialmente no que se refere a: investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em manufatura na região; novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes; empregos; parque de fornecedores na região. Destaque-se que não é uma política automotiva, mas uma política de desenvolvimento regional".

Mar de renúncias'

Conforme mostrou reportagem do jornal O Estado de São Paulo há duas semanas, as renúncias tributárias, como desonerações e incentivos fiscais, terão um salto de 23 bilhões em 2019 e vão atingir R\$ 306,4 bilhões já no primeiro ano do próximo governo, segundo a proposta de lei orçamentária enviada ao Congresso.

Esse valor deixará de entrar nos cofres do governo por conta da grande quantidade de benefícios concedidos às empresas, entidades filantrópicas e pessoas físicas. Os R\$ 23 bilhões a mais em benefícios representam quase 80% do gasto anual projetado para o Bolsa Família.

O aumento dos "gastos tributários" da União - alguns deles previstos até mesmo na Constituição, como os incentivos da Zona Franca de Manaus - será de 8% em relação

aos R\$ 283,4 milhões previstos para 2018. Um ritmo de crescimento bem maior do que a correção do teto de gasto para 2019, de 4,39%. O teto de gasto é o mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. A perda de arrecadação com as renúncias será equivalente a 21% de toda a arrecadação prevista em 2019, de R\$ 1,4 trilhão.

DESEJOS PARA O BRASIL: Economia rica e competitiva

A previsão da Receita é de que haverá um aumento de 18,7% em 2019 no montante que o governo deixa de arrecadar com rendimentos isentos e não tributáveis. Essa rubrica inclui, por exemplo, o pagamento de lucros e dividendos a sócios de empresas e benefícios como auxílio-moradia e alimentação pagos a servidores públicos. A renúncia passará de R\$ 27 bilhões em 2018 para R\$ 32 bilhões no próximo ano. O Tribunal de Contas da União (TCU) já alertou que quase metade das renúncias não tem nenhum tipo de fiscalização sobre sua eficácia e cobra do governo a revisão dos benefícios.

DESEJOS PARA O BRASIL: Um estado leve e ágil, com gastos que cabem no orçamento
Em relação ao Rota 2030 - programa automotivo que responderá por R\$ 2,1 bilhões em renúncia no ano que vem - Megale afirma que ele é necessário para reter a pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Ele defende que o Inovar-Auto, que antecedeu o Rota, teve como reflexo a redução do consumo nos carros produzidos no Brasil em 15,1%, por exemplo. "Se o Rota não existisse, a primeira coisa que o País iria sentir era a redução de pesquisa e desenvolvimento. As empresas são multinacionais, poderiam facilmente mudar a pesquisa para outros países", afirmou.

Governo pode cobrir até 70% dos custos de P&D da indústria

17/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 17-09-2018)

Setor usa pouco os recursos públicos para inovar, alerta Valter Pieracciani

Os recursos governamentais oferecidos para estimular a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) são subutilizados no Brasil.

Quem dá o recado é Valter Pieracciani, presidente da Pieracciani Consultoria. Segundo ele, que participou do Workshop Legislação Automotiva, promovido por Automotive Business, o Rota 2030 organizou melhor uma prioridade que já estava no Inovar-Auto, a política automotiva anterior. Pelas novas regras, calcula, o governo pode arcar com até 70% do investimento das empresas do setor em P&D.

"O incentivo está aí. Precisamos apenas orquestrar os vários programas de fomento e usá-los adequadamente", defende.

Pieracciani aponta que muitas empresas do setor cometem erros importantes já nas etapas mais básicas do desenho de seus programas internos, como não classificar adequadamente os projetos. "Já vi investimentos que eram P&D puro, mas estavam categorizados como aportes em assistência técnica", conta. Ele afirma que, se olhar com cuidado, a maioria das empresas já têm projetos na área ou, caso não tenham, podem desenhar investidas importantes sem grande dificuldade.

"Precisamos ajustar o olhar para entender o que é P&D. As matrizes nos ensinam que o Brasil não sabe fazer isso e nós acreditamos. Estamos acostumados a dar outros nomes, muitas vezes pejorativos, a projetos excelentes de pesquisa. Chamamos de tropicalização, de gambiarra. Precisamos rever isso", defende.

O consultor observa que os engenheiros têm custo relativamente baixo no Brasil e oferecem competências que podem contribuir muito para a evolução do setor. "Somos campeões na criação de software e aplicativos", afirma. Pieracciani diz que, para mudar esse jogo, as empresas devem desenhar uma estratégia de inovação dentro do

Rota 2030 e fazer um amplo levantamento dos projetos que já têm em curso. "É preciso criar ferramentas para controlar tudo, renomear o que não está classificado adequadamente, eliminar estes apelidos depreciativos", conta.

Só depois disso a organização deve pensar em um sistema de gestão de incentivos a Pesquisa & Desenvolvimento. "Isso tudo é muito trabalhoso, mas são coisas que se pagam em três a seis meses de uso", calcula, defendendo que o esforço é recompensado. Pieracciani aponta que se livrar do complexo de vira-lata talvez seja um desafio maior para a engenharia brasileira do que, efetivamente, fazer P&D localmente.

Ele lembra que a Uber acaba de anunciar investimento de US\$ 250 milhões em um centro de desenvolvimento no Brasil. Outro exemplo é a Hyperloop, que propõe um novo sistema de transporte em alta velocidade, e aplica US\$ 7,8 milhões para avançar com o projeto localmente. "Estas empresas estão escolhendo o Brasil pelas competências locais. Por que nós, que já estamos aqui, não fazemos o mesmo?", conclui.

Demanda interna por bens industriais cai 0,6% em julho ante junho, diz Ipea

17/08/2018 – Fonte: DCI

Enquanto a produção interna líquida de exportações caiu 1,9% na margem, as importações de bens industriais cresceram 6,1%



Demanda interna por bens industriais cai 0,6% em julho ante junho, diz Ipea

A demanda interna por bens industriais caiu na passagem de junho para julho, conforme levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais recuou 0,6% em julho ante junho, revelou nesta segunda-feira, 17, o instituto. Em relação a julho de 2017, houve alta de 6,6%.

O indicador é calculado pela produção industrial interna líquida das exportações acrescida das importações. Enquanto a produção interna líquida de exportações caiu 1,9% na margem, as importações de bens industriais cresceram 6,1%.

"A queda registrada em julho foi bastante disseminada entre as grandes categorias econômicas", diz um trecho do relatório do pesquisador Leonardo Mello de Carvalho, publicado nesta segunda no blog da Carta de Conjuntura do Ipea.

Os destaques negativos ficaram por conta dos segmentos bens de capital e bens de consumo semi e não duráveis, com baixas de 7,6% e 3,1%, respectivamente, informou o Ipea.

Quando se considera a demanda interna por bens da indústria de transformação, houve alta de 1,3% em julho ante junho. A indústria extrativa mineral apresentou forte recuo, com queda de 19,8% em relação a junho, puxando a média para baixo.

"Esse resultado foi explicado, em grande medida, pelo aumento da parcela da produção nacional de petróleo destinada ao mercado internacional", diz o relatório do Ipea.

Na passagem de junho para julho, 15 segmentos da indústria da transformação avançaram, de um total de 22, reduzindo o índice de difusão (que mede a porcentagem dos segmentos da indústria de transformação com aumento em comparação ao período imediatamente anterior) para 68%, ante 86% de junho.

Na comparação com julho de 2017, a alta de 8,9% demanda interna por bens da indústria de transformação foi disseminada por 20 dos 22 segmentos pesquisados.

Além disso, o crescimento de 6,6% na demanda interna para a indústria como um todo superou a alta da produção industrial (4%), mensurada pela Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Tomando por base a variação acumulada em 12 meses, a demanda segue registrando ritmo de crescimento mais intenso (5,7%) que o apresentado pela produção industrial (3,2%)", diz o relatório do Ipea.

Cresce o número de empresas com menor eficiência energética no País

17/08/2018 – Fonte: DCI

Enquanto grandes companhias mostram avanço, pequenas e médias têm dificuldades para realizar investimentos em equipamentos e processos para racionalizar o uso de eletricidade



Linha da Schneider Electric: fabricante aponta que falta de conhecimento das empresas é um entrave

O número de indústrias consideradas pouco eficientes no uso de energia vem crescendo no Brasil, o que coloca o País nas últimas posições do ranking mundial da categoria que mede este tipo de prática.

Embora a indústria nacional tenha melhorado seus índices de eficiência, estudo aponta esse aumento do número de empresas menos eficientes.

"Observamos um crescimento, mas não temos uma clareza completa do que causa isso. No entanto, políticas de subsídio, acesso ao crédito e falhas de informação contribuem para esse quadro", afirma a diretora do Climate Policy Initiative no Brasil, Natalie Hoover.

Associado ao Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio, a organização é responsável pelo estudo que examinou 106 setores da indústria extrativa e de transformação entre 2003 e 2015. A pesquisa aponta que a melhora da economia observada para as empresas no período não se traduziu em aumento da eficiência.

"O que o estudo mostra é a necessidade de uma política pública de longo prazo para melhorar a questão setorial e diminuir barreiras para que as empresas mais eficientes ganhem espaço", aponta Hoover, acrescentando que, no Brasil, essas políticas costumam ser reativas a períodos de crise, como o racionamento de energia em 2001.

No ranking elaborado pelo Conselho Americano para uma Economia Energeticamente Eficiente (ACEEE) de 2018, o Brasil está na 20ª posição geral e na 21ª do setor industrial entre os 25 países que mais consomem energia.

Perfil das empresas

O gerente sênior de relações institucionais de sustentabilidade e inovação da Schneider Electric para América do Sul, João Salgueiro, conta que enquanto grandes empresas multinacionais têm projetos de eficiência, pequenas e médias possuem dificuldade.

“Existe uma série de entraves, como o desconhecimento das tecnologias, foco imediatista nos investimentos e restrição de financiamentos para a compra de equipamentos.” Salgueiro explica que para essas empresas é difícil priorizar a eficiência energética. “Esse tipo de projeto é avaliado juntamente com gastos com produção e logística, mais relacionados à atividade fim da indústria.”

O especialista em energia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rodrigo Garcia, destaca que a entidade promove dois programas para atender de forma diferenciada as necessidades de empresas de diferentes portes. “Existem as grandes empresas, que têm necessidade de investir em eficiência para competir no mercado global e médias e pequenas, que trabalham com a energia como um custo.”

O Programa Aliança tem como meta atingir as 100 grandes indústrias em 5 anos, buscando uma redução de custo operacional de R\$ 500 milhões por ano. “Já foram investidos R\$ 3,5 milhões em seis empresas. Metade paga pelo Procel [Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica] e metade pela indústria.

Foram encontradas oportunidades de economia de R\$ 76,4 milhões”, revela Garcia. Já o Programa Brasil Mais Produtivo, que tem como meta o atendimento de 300 pequenas e médias empresas, prevê um total de R\$ 6,4 milhões investidos até o final de 2019. “São R\$ 21 mil destinados para cada indústria, sendo R\$ 16,8 mil pagos pelo programa”, diz Garcia, que admite que a maior ociosidade causada pela crise permite a revisão dos processos produtivos.

“Pela demanda não estar tão aquecida, as plantas podem parar e analisar onde é possível reduzir custos.”

Sistema Indústria já sonda o que vem por aí

17/08/2018 – Fonte: CNI (publicado em 14-09-2018)

SESI e SENAI estudam o impacto da indústria 4.0 sobre o perfil do trabalhador para redesenhar a oferta de cursos enquanto a CNI indica o cenário econômico mais provável até 2022



“Nossos cursos e serviços têm se adaptado às transformações em curso” - Lucchesi

As entidades do Sistema Indústria têm hoje, como um de seus principais desafios, entender os impactos que a fusão entre os mundos real e virtual trará ao setor produtivo, a seus empresários e trabalhadores. “Hoje é possível desenhar, projetar e imprimir um protótipo antes de entrar no mundo real e isso reduz custos.

Mas é importante ir além desse achado já conhecido”, afirma o diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Carlos Américo Pacheco.

Já é possível vislumbrar vários impactos a partir das transformações digitais que são visíveis, diz ele. "Será possível, por exemplo, conectar as empresas diretamente com toda a cadeia produtiva e com os consumidores finais, permitindo acompanhar os hábitos das pessoas e saber como estão usando os produtos em seu cotidiano", estima.

Segundo o pesquisador, essas mudanças vão ganhar uma profundidade gigantesca nos próximos dez anos. "Essa nova revolução industrial terá impacto sobre todo o setor produtivo. Haverá uma mudança nos modelos de negócios das próprias empresas, que aproximará a indústria do setor de serviços. Haverá a agregação de um conjunto de serviços, de forma crescente e de várias naturezas, ao seu produto", avalia.

Ao invés de vender uma turbina de avião, uma empresa vai vender um serviço que inclui a turbina e sua manutenção, exemplifica. "A turbina continua sendo sua e você presta um serviço de atendimento àquela empresa, mas deixa de entregar o produto", afirma Pacheco.

A tendência, segundo ele, é que, no futuro, vários segmentos deixem de vender definitivamente uma mercadoria e passem a fazer um contrato de prestação de serviços, que fidelize o cliente. "Isso será muito mais vantajoso porque a empresa passa a ter uma receita recorrente. Não apenas vende um produto, mas continuamente atende um cliente". Segundo Pacheco, esse processo impacta não só a indústria, mas a vida em geral.

No âmbito educacional, a visão é muito parecida. Segundo o diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Rafael Lucchesi, a quarta revolução industrial vai reconfigurar todo o processo de produção das principais cadeias produtivas. Por isso, diz ele, a entidade estuda essas mudanças para avaliar como isso pode alterar as competências e habilidades dos trabalhadores da indústria.

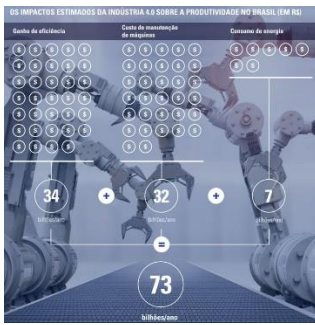
"Temos feito um esforço grande em compreender como nosso portfólio de cursos e serviços pode se adaptar às transformações em curso", afirma Lucchesi.

NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL - Lucchesi lembra que a primeira revolução industrial foi marcada pela introdução da máquina a vapor e da mecanização do trabalho manual no século 19. Depois, no século 20, a produção em massa, com a utilização de equipamentos eletrificados, definiu a segunda revolução industrial.

A terceira revolução ocorreu mais recentemente, a partir do uso de eletrônicos e da tecnologia computacional para a produção e para a automação da produção. Agora, na quarta revolução, o que se destaca são os avanços tecnológicos como inteligência artificial e big data.

Ainda com o objetivo de antecipar tendências e preparar o Brasil para a manufatura avançada, Lucchesi citou a criação dos institutos de inovação e de tecnologia do SENAI.

"A educação assume papel central no mundo da indústria 4.0. Por isso, a inovação é uma constante nas salas de aula do SESI e do SENAI para formar o profissional do futuro e prepará-lo para lidar com um mundo dinâmico de constantes e rápidas transformações", afirma Lucchesi, que também é diretor-superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI).



Com o mesmo objetivo de sondar permanentemente as transformações do contexto econômico e do sistema produtivo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou, neste ano, o Mapa Estratégico da Indústria 2018- 2022.

Elaborado com a participação de líderes empresariais, o estudo é uma agenda para o Brasil, pois visa à construção, nos próximos quatro anos, de uma economia mais eficiente, inovadora e integrada ao mercado internacional. Para atingir esse objetivo, o mapa busca o alinhamento das políticas industrial, de inovação e de comércio exterior.

O desafio, segundo Carlos Américo Pacheco, da FAPESP, é garantir competitividade à indústria brasileira frente a uma transformação que já ganha corpo na Europa e nos Estados Unidos, dando mais eficiência e flexibilidade a linhas de produção e reduzindo custos.

A expectativa da CNI é que, com o avanço da indústria 4.0 no Brasil, o país eleve sua inserção nas cadeias globais de valor e amplie a participação no comércio mundial de bens e serviços. Afinal, o ambiente do mercado internacional estimula a busca pela competitividade e pela inovação.

De acordo com Pacheco, a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e a CNI fincaram uma bandeira importante nessa direção: a agenda da inovação passou a ser uma agenda da indústria e não apenas de universidades e centros de pesquisa.

“Durante muito tempo essa agenda estava restrita ao mundo acadêmico e ao governo. Houve uma mudança de postura importante da CNI ao mostrar que a sobrevivência das empresas depende da inovação”, diz o pesquisador.

Ele também ressalta a necessidade de aumentar a inserção comercial do Brasil e avançar nas reformas estruturais.

Incentivos são “gota d’água no oceano de tributos”, diz Anfavea

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 16-09-2018)

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antônio Megale, defende que os incentivos para o setor são apenas uma “gota d’água” no oceano de tributos que incidem sobre a indústria.

“Temos problemas de competitividade no País, com uma carga tributária muito alta: chega a 36%, em média, no preço do carro, enquanto nos Estados Unidos é 6%. Esses benefícios são uma gota no oceano”, afirmou.

No ano que vem, a maior parte da renúncia de R\$ 7,2 bilhões para o setor será com um benefício concedido a montadoras instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que custará R\$ 4,68 bilhões. Para Megale, programas de incentivo regional são necessários para dividir a riqueza do País entre os Estados.

“A região de Goiana (PE) era absolutamente agrária, voltada à colheita de cana. Hoje, utilizando a mesma mão de obra, tem uma das fábricas mais modernas do mundo. São programas meritórios”, disse.

Em relação ao Rota 2030 – programa automotivo que responderá por R\$ 2,1 bilhões em renúncia no ano que vem – Megale afirma que ele é necessário para reter a pesquisa e desenvolvimento no Brasil.

Ele defende que o Inovar-Auto, que antecedeu o Rota, teve como reflexo a redução do consumo nos carros produzidos no Brasil em 15,1%, por exemplo. “Se o Rota não existisse, a primeira coisa que o País iria sentir era a redução de pesquisa e desenvolvimento. As empresas são multinacionais, poderiam facilmente mudar a pesquisa para outros países”, afirmou.

Emprego

O diretor da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, Mauro Filho, porém, acredita que o Estado está bancando o financiamento de setores lucrativos sem que haja uma contrapartida de emprego e tecnologia.

“Peguei o parecer que embasou o Rota 2030 e fui procurar a palavra emprego que justificaria a adoção do programa. Não tinha nenhuma”, disse ele, que obteve o parecer por meio da Lei de Acesso a Informação. Ele disse que também não há referência a novas tecnologias. “É uma repaginação. Nem disfarçaram”, criticou.

Para a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Vilma Pinto, falta ao governo avaliar as políticas relacionadas à concessão de incentivos.

“Não existe avaliação dos gastos tributários. Tem uma série de gastos tributários que não se justificam manter e tem outros que podem até ser bons do ponto de vista social, mas que muitas vezes são mal desenhados”, afirmou. “É preciso fazer uma avaliação da política pública para o setor automotivo, considerando a implicação disso para os demais setores, para saber se vale a pena.”

Falta de gestão financeira ameaça microempreendedores

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Erro comum na categoria MEI é misturar contas do negócio com as pessoais

Apesar de o nome do regime tributário para empresas pequenas ser Simples, nem sempre é fácil fazer a gestão financeira de um microempreendimento.

Segundo estudo do Sebrae, 48% dos microempreendedores individuais (MEIs, que faturam até R\$ 81 mil ao ano) não têm previsão de gastos e receita para o mês seguinte.

Um erro comum cometido por esse grupo, e que pode levar à inadimplência, é misturar as contas da empresa com as finanças pessoais. Não raro, o empreendedor paga despesas e emergências da família com a receita do negócio ou usa seu crédito para cobrir rombos no caixa da empresa.



“Como empresário, o MEI acaba não tendo acesso a crédito e vira freguês do cheque especial, que tem juros proibitivos. Com isso, vai se contorcendo no dia a dia”, afirma Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae Nacional.

O primeiro passo para evitar problemas é registrar entradas e saídas. Um vendedor de cachorro-quente, por exemplo, deve computar na lista de gastos o transporte de sua casa até o local onde instala seu carrinho.

“O mais importante é olhar para o seu negócio e ver tudo o que precisa gastar para prestar aquele serviço ou vender determinado produto”, diz Rodrigo Salem, sócio-fundador da plataforma MEI Fácil.

De acordo com a pesquisa do Sebrae, que ouviu mil empreendedores em todo o país, metade dos entrevistados registra os gastos em papel.

Não há problema em usar esse método, mas é preciso ter disciplina para organizar tudo, incluindo itens do estoque, como qualidade, preço, data da compra e validade dos produtos, explica José Faria Júnior, planejador financeiro certificado pela Planejar (Associação Brasileira de Planejadores Financeiros).

O hábito faz parte da rotina da confeitaria paulistana Simone Wroblewski Rodrigues, 41, que optou por informatizar os registros. Todas as entradas e saídas de sua loja são controladas numa planilha de Excel, com apoio da irmã e sócia, a contadora Viviane Wroblewski Rodrigues, 33.

Antes de inaugurar a Doces Leju, em março, com investimento inicial de R\$ 20 mil, Simone já vendia bolos, doces e salgados. Misturava, porém, o dinheiro das vendas com despesas domésticas.

“Não sabia nem quanto ganhava. Só anotava os pedidos das pessoas, valores e datas de entrega. Além disso, ao comprar algo para uma encomenda, incluía compras da casa”.

Hoje, além de controlar o fluxo de caixa, ela se reúne uma vez por mês com a irmã para apurar faturamento, volume de despesas e investimentos. Simone fatura em média R\$ 4.800 por mês.

Separar gastos pessoais das despesas de seu salão de beleza, em Taboão da Serra, São Paulo, também é um dos desafios para a cabeleireira Julyana Carvalho dos Santos, 29. Mas ela não deixa de anotar os valores dos serviços prestados a cada cliente.

“Sei tudo o que entra e, no começo da semana, passo para uma planilha no Excel para saber os valores, e se foram pagos em cartão ou dinheiro. Também faço controle manual dos pagamentos de fornecedores e boletos”, diz.

Há três anos com o salão próprio, Julyana começou o negócio com ajuda de familiares. Em breve, o local oferecerá o serviço de micropigmentação de sobrancelhas.

O espaço está sendo montado a partir de um empréstimo aprovado pelo programa Juro Zero Empreendedor, do Sebrae-SP e da agência de fomento Desenvolve SP. Com o novo serviço, a intenção é conquistar clientes e crescer. Hoje, Julyana alcança uma receita média de R\$ 5.000 por mês.

Já Hamilton Luis De Souza, 40, que trabalhou por 16 anos como pintor, encontrou no comércio de roupas uma oportunidade de empreender após um problema de saúde. No começo, há dois anos, o paulistano vendia muito “fiado”, operação ainda aceita por 42% dos MEIs ouvidos pelo Sebrae. “Antes, misturava tudo e virava uma bola de neve. Pagava contas pessoais e esquecia de repor o estoque”, diz.

Agora, Hamilton faz anotações diárias no papel. No computador, separa entradas e saídas e faz previsão de gastos.

O controle de gastos deve prever também os impostos, pagos mensalmente via carnê DAS, impresso no Portal do Empreendedor.

Esse tipo de empreendedor não é obrigado a ter contador. Ainda assim, deve registrar todo mês o valor total das receitas em um formulário simplificado, conforme modelo disponível no Portal do Empreendedor. Também é preciso informar à Receita quanto faturou no ano por meio da declaração anual.

Aprenda a declarar o imposto de renda

Neste exemplo, o empreendedor teve R\$ 65 mil de receita e despesas comprovadas de R\$ 12,5 mil

1º passo

Cálculo da parcela isenta

Isenção para serviços:

32% da receita bruta = R\$ 20,8 mil

Esse valor deve ser declarado no IR da pessoa física como "Rendimentos Isentos – Lucros e Dividendos Recebidos pelo Titular" e informado como fonte pagadora o CNPJ do MEI

2º passo

Cálculo do lucro

Despesas comprovadas em 2017: R\$ 12,5 mil

Lucro = Receita – Despesas

Lucro = R\$ 65 mil – R\$ 12,5 mil = R\$ 52,5 mil

3º passo

Cálculo de valor tributável

Para calcular a parcela do lucro que é tributável, basta pegar o lucro e subtrair a parcela isenta calculada (R\$ 20,8 mil).

Valor tributável = R\$ 52,5 mil – R\$ 20,8 mil = R\$ 31,7 mil

Como o valor tributável (R\$ 31,700) ficou acima do limite de isenção de IR (R\$ 28.559,70), o MEI estará obrigado a fazer a declaração de Imposto de Renda de pessoa física.

Plano de negócios é fundamental para o empreendedor que deseja abrir um negócio

17/08/2018 – Fonte: PEGN (publicado em 16-09-2018)

O plano inclui relacionar todos os custos fixos, sem se importar com o faturamento da empresa. Mas dá também para contratar um coworking, um escritório compartilhado com toda a infraestrutura pronta.



Plano de negócios é fundamental para o empreendedor que deseja abrir um negócio. No Pequenas Empresas & Grandes Negócios, sempre ressaltamos que é fundamental fazer um plano de negócio.

Esse plano inclui relacionar todos os custos fixos, isto é, aqueles gastos que terão que ser pagos no fim do mês, sem se importar com o faturamento da empresa.

A cozinheira Galdene de Oliveira dá algumas dicas. “Mexo com buffet, sou cozinheira de buffet, faço freelance, lógico que eu queria ter o meu comércio mesmo, o meu buffet mesmo”, conta Galdene.

A Galdene faz parte de 66% dos brasileiros que têm vontade de abrir a própria empresa. O que impede a maioria? O investimento. E todo investimento requer cuidado. Para ter mais chance de dar certo, é fundamental fazer um plano de negócios relacionando todos os custos fixos. Primeiro, para estruturar a empresa, como aluguel, IPTU, condomínio, água, luz e internet.

Mas dá para trocar tudo isso por um único custo fixo, contratando um coworking. Um escritório compartilhado com toda a infraestrutura pronta.

“Então, se a internet está funcionando, se a água está em ordem, se o telefone está funcionando. Tudo isso vem num pacote de um coworking que eventualmente que se em seis meses, 12 meses, eu percebo que a operação não vai dar certo, que o negócio não vai dar certo, eu devolvo esse contrato e encerro esse contrato”, explica o professor Marcos Salusse.

Em relação aos funcionários, o empresário deve calcular, além do salário, do INSS e do vale-transporte, benefícios opcionais como vale-refeição e plano de saúde. A contratação de um prestador de serviço pode ter um custo menor. Se o negócio utilizar um maquinário, não se esqueça de prever o custo de manutenção das máquinas.

“A gente tem recomendando pensar na ideia da startup enxuta, que é o lugar onde você possa produzir as primeiras quantidades de produtos que você quer testar no mercado e fazer uma locação de uma cozinha à noite ou usar uma fábrica que tenha um período ocioso para produzir aquele seu primeiro lote e fazer o teste no mercado”, orienta Marcos.

O contador pode ajudar a enquadrar a empresa de acordo com o faturamento previsto e deve orientar quais são as taxas e os impostos que serão cobradas do empresário.

“O que a gente tem a recomendar é que os custos fixos, eles fiquem entre 30% a 50% no máximo, mas ele depende muito do setor e do tipo de negócio. É muito importante ter isso em mente e ter um dinheiro guardado para manter a operação até conseguir atingir um ponto de equilíbrio, que é quando as receitas se igualam as despesas do negócio”, completa Salusse.

Multinacional investirá R\$ 125 milhões em nova planta no interior de SP

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Vinhedo receberá unidade de produção de gases especiais, medicinais e industriais



Unidade da White Martins no Cachambi, Rio de Janeiro - Zô Guimaraes - 02.jun.2015/Folhapress

A White Martins vai construir uma unidade de produção e enchimento de gases especiais, medicinais e industriais na cidade de Vinhedo (SP). O investimento previsto pela companhia para a obra e nos equipamentos é de US\$ 30 milhões (R\$ 125,21 milhões no câmbio atual). A nova planta será instalada em um terreno de 48 mil metros quadrados de área e as obras deverão terminar no segundo semestre de 2019.

O objetivo do aporte é incrementar a competitividade da empresa com a adoção de maquinário mais moderno para a produção de gases de alta pressão.

Em uma das ilhas de enchimento de cilindros previstas no projeto, a estimativa da marca é que a capacidade produtiva aumente em aproximadamente 60%. A fábrica terá também laboratórios para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

Raio-X

Praxair, controladora da White Martins

US\$ 11,44 bilhões

(R\$ 47,73 bilhões no câmbio atual) foram as vendas globais em 2017

US\$ 2,45 bilhões

(R\$ 10,22 bi) foi o lucro operacional no ano passado

27 mil

são os funcionários no mundo

50

são os países com operações da companhia

Fabricante de embalagens de papelão investirá R\$ 90 milhões em suas fábricas

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Cinco plantas da Trombini deverão receber aporte para modernizar produção

A fabricante de embalagens Trombini vai investir R\$ 90 milhões para renovar suas plantas industriais até 2021. Cerca de R\$ 60 milhões serão aportados até 2019.

A compra de novos equipamentos é necessária para aumentar a eficiência das fábricas, que operam praticamente sem ociosidade, e se preparar para uma retomada mais acelerada, segundo Gilmar Luiz Maffei, superintendente da companhia.



Cerca de R\$ 60 milhões deverão ser investidos até o fim de 2019, segundo a fabricante de embalagens de papelão ondulado - Eduardo Knapp/Folhapress

“Faremos uma atualização tecnológica da planta, mas nada que amplie nossa capacidade, porque é o tipo de investimento que requer maior estabilidade”, diz ele.

“Os dois segmentos em que operamos têm tido performances distintas: papelão ondulado cresce 3% em volume, enquanto o de sacos, usados para cimento, cai 10% no mercado interno.”

R\$ 1,2 bilhão

é o faturamento anual da Trombini

Cotas obrigatórias provocam atrito entre empresas de construção e MPT

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 16-09-2018)

A indústria da construção civil tem enfrentado dificuldades para cumprir as cotas de contratação, em que parte das vagas é reservada a pessoas com deficiência, jovens aprendizes, egressos do sistema penitenciário e moradores de rua. Em alguns Estados, segundo o setor, as cotas chegam a comprometer até um terço dos postos de trabalho.

As empresas dizem não haver interessados em número suficiente para preencher as vagas.

“A gente publica no jornal, convoca e ele não aparece. Não posso sair catando pessoa com deficiência se ela não quer trabalhar”, diz o presidente da Associação Brasileira de Construtores (Asbraco), Luiz Afonso Delgado. A cota para pessoas com deficiência é exigida de companhias com mais de 100 empregados e vai de 2% a 5% dos postos. Ex-presidiários precisam ter assegurados 3% a 6% das vagas em caso de obra pública com contrato superior a R\$ 330 mil.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) fez uma simulação do número mínimo de cotas que uma empresa com 1.001 funcionários que atua em obras públicas precisaria atender. Seriam pelo menos 163 “cotistas”. Em alguns Estados, além disso, há mais reservas previstas em lei. No Distrito Federal, por exemplo, é exigida contratação mínima de 2% de moradores de rua. No total, as cotas podem chegar a mais de 30%.

O Ministério do Trabalho já lavrou mais de 400 autos de infração contra construtoras que deixaram de atender à legislação. Em 2016, 363 mil vagas destinadas a pessoas com deficiência não foram preenchidas.

Em seis anos, o Ministério Público do Trabalho firmou 1.132 termos de ajuste de conduta com empresas de vários setores – já que as cotas não atingem apenas a construção – e ajuizou 729 ações. O presidente do Sinduscon-DF, João Carlos Pimenta, diz que o setor é contrário “a qualquer tipo de cota”, porque, por falta de interessados, as empresas viram alvo de multa.

O MPT diz que o problema está na cultura das empresas, que não investem em acessibilidade e alimentam o preconceito.

“É oneroso garantir ambiente de trabalho com acessibilidade, mas é o que diz a lei”, diz a coordenadora de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Eliminação da Discriminação no Trabalho do MPT, Valdirene Silva de Assis. “Não faltam pessoas, faltam condições para que elas estejam no mercado e a vontade de incluir.”

O sociólogo José Pastore, especialista em relações de trabalho, afirma que as cotas têm um propósito social importante. Mas reconhece um desajuste entre a qualificação exigida e a formação dos candidatos.

“O problema educacional é pior no caso de pessoas com deficiência, porque as escolas não estão preparadas para dar qualificação”, diz. “Se a empresa não encontra qualidade, não contrata, e se não contrata, é multada.”

Após mecanização, indústria de colhedora de cana se ajusta ao mercado

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 14-09-2018)

As vendas agora devem se voltar para reposição de máquinas, Nordeste e exportação

O fim das queimadas da cana-de-açúcar na região centro-sul do país deu um impulso às indústrias de colhedoras de cana no país. As vendas, que chegaram a 1.500 unidades por ano, recuaram, porém, para 721 unidades em 2017.

Atualmente, 97% das lavouras de cana já são mecanizadas na região centro-sul, o que faz com que as indústrias reestruturem a produção com base nas novas necessidades de mercado.

Na avaliação de Roberto Biasotto, gerente de marketing de produto da Case IH, um dos focos do mercado agora será o de reposição de máquinas. A operação contínua durante a safra traz um desgaste grande para esses equipamentos.

As apostas se voltam também para as regiões do Norte do Nordeste, onde a mecanização ainda está em 25%. Devido à topografia e à área restrita dos canaviais nessas regiões, a demanda será pequena, em reação ao que foi no centro-sul.



Colheita de cana mecanizada de cana-de-açúcar em Sertãozinho, no interior de São Paulo - Joel Silva/Folhapress

Biasotto afirma que a adoção de novas tecnologias vai gerar demanda. As máquinas ganham eficiência a cada ano e suprem cada vez mais a necessidade das usinas no uso contínuo dos equipamentos.

Mario Ortiz Gandini, diretor agrícola e de tecnologia da usina São Martinho, de Pradópolis (SP), e pioneiro na mecanização dos canaviais, afirma que a tecnologia e a automação trazem economia.

As novas máquinas com duas linhas de colheita, por exemplo, compactam menos e, no médio prazo, vão ser vitais para aumento de longevidade, produtividade e sustentabilidade dos canaviais, segundo ele.

O Renovabio, que apresenta uma nova política para os biocombustíveis e gera créditos de carbono, também será um fator de demanda para a indústria de colhedoras, na avaliação do executivo da Case.

A troca de uma máquina na São Martinho pode ser feita em até dez anos, mas uma vida tão longa do equipamento exige uma manutenção bem-feita, segundo Gandini. Na média, o mercado faz a reposição das colhedoras com cinco anos de utilização.

O diretor agrícola da usina afirma, contudo, que são feitos cálculos contínuos de quanto as novas tecnologias nas máquinas podem trazer de vantagem. A empresa toma a decisão com base nessas comparações.

O mercado exportador também tem trazido alívio para as indústrias. Neste ano, 27% das 610 unidades produzidas foram exportadas. Os principais mercados são Tailândia, China, Índia, Colômbia, Guatemala, Cuba e Argentina, segundo Biasotto.

Uma parceria que busca inovações

O clima é incerto, a produtividade cai e o volume colhido recua. Essa vem sendo a dinâmica das lavouras de cana-de-açúcar nos últimos anos. Diante de tantas incertezas, entra em campo a necessidade da busca de inovações tecnológicas que evitem perdas e amenizem custos.

A São Martinho, maior usina de processamento do mundo, com capacidade de moagem de 10 milhões de toneladas de cana por safra, passou a ser um campo de experimentação para a busca de inovações nesse setor.

O perfil da empresa mostra qualificação para isso. Diariamente, as colhedoras de cana da usina percorrem 3.500 quilômetros e os tratores, 6.300. A ação é contínua e dura próximo de 250 dias por ano.

Essa intensa movimentação faz com que a cada dois minutos um caminhão abasteça as moendas da usina. Mario Ortiz Gandini diz que a mecanização da colheita, que já atinge 97% na região centro-sul, trouxe desafios e necessidades de inovações.

Para Roberto Biasotto, gerente da Case IH, há uma evolução contínua na mecanização do setor. E a multinacional, produtora de equipamentos para o setor, encontrou condições ideais para o aprimoramento das inovações na São Martinho.

“Nada melhor do que uma usina com essa movimentação para testar e aperfeiçoar as máquinas”, diz ele. Na safra 2014/15, as colhedoras colhiam 772 toneladas de cana por dia. Nesta safra, o volume médio do grupo, que tem quatro usinas, é de 970 toneladas. Em algumas áreas chega a 1.250 toneladas. A média da região centro-sul é de 500 toneladas por dia.

O consumo de diesel, que era de 47,7 litros por hora, caiu para 42,9. Uma nova geração de máquinas da Case, que amplia o espaçamento de colheita e está em prova na São Martinho, pode reduzir o consumo para 38 litros, segundo o gerente da indústria.

Desconto dado por empresas de vale refeição resulta em discussão na Justiça

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Custo normalmente é repassado aos restaurantes por meio de taxas maiores



Ministério do Trabalho chegou a proibir a concessão de descontos pelas empresas de benefícios, mas voltou atrás - Divulgação

Descontos concedidos por empresas de benefícios, que fornecem vale refeição e alimentação, têm sido alvo de disputas na Justiça.

A prática é recorrente: companhias pedem desconto sobre o valor contratado e, em geral, esse custo é repassado aos estabelecimentos com um aumento das taxas cobradas.

“O motivo [de irregularidade] é que o PAT [Programa de Alimentação do Trabalhador] é uma solução para um problema social”, diz Percival Maricato, presidente da AbraselSP (associação de bares e restaurantes).

“Ao nosso ver, há um aproveitamento das grandes empresas sobre uma situação de dominação econômica.”

O imbróglio começou a se intensificar no fim de 2017. O Ministério do Trabalho publicou, em dezembro, uma portaria que vedava a prática no âmbito do PAT, que dá incentivos tributários para quem oferece vales a empregados.

Neste ano, recomendou em nota técnica que a proibição fosse aplicada também aos contratos em vigor, porém, em 22 de agosto, voltou atrás.

“Tendo-se em vista a cezânia criada quanto à aplicação da portaria (...), entende-se que embora válida, legítima e eficaz, a nota [técnica] (...) tornou-se inoportuna”, diz o documento.

O recuo não resolve a questão porque ele também estabelece que cabe à Auditoria Fiscal do Trabalho interpretar a portaria, segundo João Batista Pereira Neto, sócio do escritório Machado Meyer.

“A decisão fica para o fiscal no momento da autuação, o que reforça o entendimento da portaria”, diz ele. “É algo que causa ainda mais insegurança para as empregadoras porque deixa a situação em aberto.”

Artigo: "Não vamos falar de reforma tributária"

17/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Todos querem reforma tributária, embora cada um queira uma reforma diferente

Algumas ambições como a “paz mundial”, o “fim da violência” ou o “respeito ao meio ambiente” são tão elásticas que permitem qualquer interpretação. Nas eleições, as discussões giram em torno do trinômio “saúde, educação e segurança”. Depois de 30 anos discutindo o assunto, quero crer que a reforma tributária pode ser incluída entre esses assuntos que todos os brasileiros desejam, embora não saibam especificar exatamente do que se trata.

Vejam os lemas de campanhas presidenciais americanas – o “Yes, we can” (“Sim, nós podemos”) de Barack Obama, ou o “Make America great again” (“Faça a América grande novamente”) de Donald Trump. Ambas as frases dizem tudo ao não dizerem nada. As frases valem para todos. Mas para cada um de uma forma diferente.

Tanto direita quanto esquerda, quando no poder, elevam a carga tributária

A reforma tributária brasileira é assim. Todos a querem, embora cada um queira uma reforma diferente. Aos governos, nas mais diversas esferas, interessa aumentar a arrecadação.

Aos empresários interessa obter benefícios fiscais que privilegiem seus setores de atuação. Contadores querem um sistema tributário mais simples. Enquanto o contribuinte quer simplesmente pagar menos impostos. Antes de falar em reforma tributária é preciso definir qual o tamanho do Estado que se quer financiar.

Uma peculiaridade da cena brasileira é que tanto direita quanto esquerda, quando no poder, elevam a carga tributária. No período de 30 anos desde a saída dos militares do poder, a carga tributária passou de 22% para 35%.

O incremento vertiginoso da arrecadação, somado à desvinculação de parte da receita, que permite ao governo burlar as destinações estabelecidas pela Constituição, configuram uma significativa reforma tributária que modificou o sistema trazido pelo texto constitucional de 1988 em sua essência. Essa reforma já foi implementada. Mas as pessoas parecem não querer ver, enquanto continuam sonhando com aquela reforma “redentora”, que não virá.

Os brasileiros parecem ignorar como funciona o Brasil. Um exemplo foi a decisão de 2015 do Supremo Tribunal Federal pelo fim das doações de empresas para campanhas eleitorais. Em resposta, o Congresso Nacional aprovou, em 2017, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), mais conhecido como “fundo eleitoral”, que distribuirá mais de R\$ 1,7 bilhão para os partidos utilizarem nas campanhas de 2018.

Além disso, neste ano o Orçamento da União reservou R\$ 888,7 milhões para o Fundo Partidário, o que representa mais de R\$ 2,5 bilhões em dinheiro público distribuído

entre as legendas para pagar as campanhas eleitorais. Ou seja, quando lhes interessa decidir, os políticos decidem. Mais que isso: mesmo com problemas de "saúde, educação e segurança", além de 13 milhões de desempregados, os congressistas entenderam que o Estado deveria pagar pelas campanhas políticas. Direita e esquerda unidos. O Congresso aprovou, o Executivo sancionou, o Ministério Público não questionou, o Judiciário não proibiu, a imprensa não denunciou e os cidadãos silenciaram. E pagaram.

André da Costa Ribeiro é advogado, mestre em Direito Econômico e Social, especialista em Direito Tributário e Processual Tributário, membro do Instituto de Estudos Tributários e professor licenciado de Direito Constitucional da PUCPR."

Inadimplência de contas básicas atinge 3 milhões de idosos, afirma Serasa

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Aposentados comprometem a renda com empréstimos consignados para família, diz economista

Ao menos 3 milhões de brasileiros com mais de 60 anos não conseguem pagar as contas básicas, como as de água, luz e gás, segundo pesquisa da Serasa Experian.

Eles são pouco mais de um terço dos 8,8 milhões de consumidores idosos que estão endividados. Ao todo, o país registrou, em julho, 61,6 milhões de inadimplentes.

As dificuldades dos mais velhos em pagar contas básicas podem ser explicadas, segundo especialistas, pelo alto desemprego e porque, nessa idade, consumidores não se enrolam tanto com bancos, como ocorre com os mais jovens.

Além disso, os economistas da Serasa apontam que, com a retomada da economia em ritmo lento, aposentados e pensionistas estão comprometendo a renda com empréstimos consignados para ajudar as famílias, o que diminui ainda mais a capacidade de pagamento.

O estudo da Serasa revela que o total de inadimplentes a partir dos 61 anos cresceu 10% na comparação com julho de 2017, quando o país tinha 8 milhões de consumidores com essa idade endividados. Ao todo, essa população deve R\$ 41,1 bilhões e o valor médio do débito é de R\$ 4.668.

Há 3,4 dívidas por idoso, o que soma 30,1 milhões de débitos. No índice geral, considerando os inadimplentes com até 60 anos, 28,5% têm dívidas com bancos e com cartões.

Esse é o tipo de débito mais comum para essa população.

As contas básicas ficam em segundo lugar, como principal motivo do endividamento para 19,40%.

Consumidor tenta melhorar nota de crédito para conseguir empréstimo

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Empresas esperam que o uso da pontuação se intensifique por causa do cadastro positivo

Consumidores vêm percebendo que só ter o nome limpo pode não ser o suficiente para conseguir crédito.

Além de consultar informações nos cadastros de devedores, quem empresta também avalia o score de seus clientes, uma pontuação que vai de 0 a 1.000 e indica o risco de ele não pagar a conta —quanto menor a nota, maior o risco.

A ferramenta ficou mais conhecida após empresas que atribuem essas notas permitirem que o consumidor consultasse seu score pela internet.

A página da Boa Vista SCPC, que permite a checagem desde 2017, recebe por mês mais de 1 milhão de visitas de pessoas que querem saber sua nota.

Consumidores que descobriram que têm nota baixa estão procurando os bureaus de crédito para descobrir como elevar suas pontuações.

A assistente administrativa Carla Rocha, 23, foi até a Serasa em São Paulo levar comprovante de endereço e de renda para tentar melhorar sua nota na última quinta-feira (13).

Ela quer financiar um carro, mas não consegue porque seu score está próximo de 200. Carla emitiu boletos na internet e, depois de desistir do que iria comprar não pagou. Além disso, tem poucas contas em seu nome —fazer pagamentos em dia ajuda a aumentar a pontuação.

A empresária Ana Maria Vaz de Almeida, 57, conta que melhorou sua pontuação de 238 pontos para mais de 800 em nove meses. "Hoje tenho carro financiado, tenho cartão de crédito, tudo."

Para conseguir isso, atualizou informações junto à Serasa e aderiu ao cadastro positivo, banco de dados com informações sobre empréstimos e contas do consumidor. Segundo o SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), o número de consumidores que aderiram ao cadastro positivo pulou de cerca de 6 milhões, há um ano, para 11 milhões.

Mesmo com a alta, empresas do setor consideram a quantidade baixa para que o cadastro tenha impacto no mercado. As companhias apoiam uma lei que tramita no Congresso e torna a entrada no cadastro automática.

Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper, diz que o uso de notas de crédito por consumidores é comum nos Estados Unidos e ainda está em estado incipiente no Brasil.

"Com o tempo, os consumidores vão reconhecer o score como algo de que você cuida, porque vale dinheiro. Se seu score sobe, tem mais crédito, taxas menores e menos burocracia", diz Rodrigo Abreu, presidente do Quod (bureau lançado neste ano com grandes bancos como acionistas).

Apesar das promessas de que essas ferramentas podem gerar mais justiça na concessão de crédito, entidades que defendem consumidores têm críticas em relação a elas.

Rafael Zanatta, líder do programa de direitos digitais do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), diz que o caso brasileiro é muito diferente do americano, onde há uma lei federal sobre como fazer a pontuação justa do consumidor, com dispositivos para garantir a não discriminação por questões sociais, raciais e de gênero.

Segundo ele, o consumidor tem o direito de obter um relatório com os elementos utilizados para formar seu score.

Em vez disso, no Brasil recebe informações genéricas, como de que ele deve colocar a conta de luz em débito automático, afirma Zanatta.

Renata Reis, coordenadora das áreas técnicas do Procon-SP, acrescenta que, além de não ter informações adequadas, o consumidor ainda não se beneficia de juros mais baixos quando tem boa nota.

“A promessa de que o bom pagador vai ser beneficiado não vem sendo cumprida”, diz. As empresas de proteção de crédito afirmam que é uma questão de tempo até que os consumidores entendam a importância do score.

“Tudo o que é novo gera dúvidas. Mas investimos em conteúdo para ajudar o consumidor a entender o que é levado em conta”, diz Matheus Moura, do Serasa Consumidor.

Segundo ele, empresas já estão definindo juros de acordo com a pontuação do cliente, e consumidores que usam ferramenta de comparação de empréstimos recebem propostas diferentes dos bancos.

Pablo Nemirovsky, superintendente de serviços ao consumidor da Boa Vista SCPC, diz que existem dúvidas sobre o score por ele ser um assunto novo para a maior parte dos consumidores brasileiros.

Segundo ele, em países em que já existe cultura do uso da ferramenta, os consumidores já sabem o que fazer para aumentar a pontuação.

Desesperança faz trabalhador desistir de procurar emprego

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Idade, falta de estudos e pouco dinheiro para custear busca por trabalho estão entre fatores

Falta de alento, desânimo, abatimento, esmorecimento. São muitos os sinônimos para desalento no dicionário. No Brasil de hoje, porém, a palavra significa fim da esperança de encontrar trabalho.

Seja por falta de dinheiro —custa buscar emprego—, seja por tanto procurar, não encontrar e já se considerar incapaz para funções que aparecem, os desalentados brasileiros já somam 4,8 milhões de pessoas —4,3% da população em idade de trabalhar, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).



Taxa de desemprego cai quando cresce o número de pessoas que deixam de buscar emprego; leia a história de algumas delas abaixo - Danilo Verpa/Folhapress

O índice é recorde: mais que o dobro do registrado de 2012 a 2015, quando a taxa de desemprego, hoje em 12,3%, era de apenas um dígito.

O desalentado fica fora das estatísticas de desemprego pelos critérios de análise das pesquisas oficiais. Por essa peculiaridade, alimentam nas planilhas uma contabilidade inversa à realidade: quanto maior o número de desalentados, menor a taxa de desemprego.

Os que perdem a esperança são transferidos para massa de quase 65,5 milhões de pessoas que estão fora da força de trabalho, o universo reservado a estudantes e aposentados, por exemplo.

Assim, os sem trabalhos que sonham em trabalhar estão catalogados em dois grupos. A enfermeira Santa Alves, o carregador José Modesto e Neusa Francisca dos Santos,

que já trabalhou em casas de família, por exemplo, que perderam a esperança para sair em busca de uma atividade, não são desempregados.

Nessa categoria estão pessoas como Priscila Figueiredo, a auxiliar de cozinha Jeniffer Aparecida dos Santos e a auxiliar de limpeza Doralice de Souza que, mesmo vindo o dinheiro para a passagem do ônibus ou para imprimir currículos minguar, continuam em busca de uma vaga.

Esses desalentados e desempregados moram em Capão Redondo, zona sul de São Paulo, região em que a taxa de desemprego no ano passado foi de 18,6%, de acordo com a Fundação Seade —a segunda maior taxa da capital paulista, atrás do extremo da zona leste (20,2%).

"Há o desemprego oculto, que não aparece nas estatísticas. Perde-se de vista esse contingente que desistiu [de procurar emprego]", afirma a professora Belinda Mandelbaum, chefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP.

Segundo Mandelbaum, os desalentados não são excluídos apenas das estatísticas. Pouco a pouco também são transferidos para uma espécie de limbo social na vida real. "As pessoas ficam até com restrição de circulação, sem dinheiro para se movimentar pela cidade. O desalento gera até uma imobilidade social, as pessoas ficam restritas a seu âmbito familiar", afirma.

Ela reforça que o trabalho tem impacto profundo na vida das pessoas. É fundamental na formação da identidade, das capacidades. "Quem trabalha está inserido no mundo, em outros grupos, tem uma identidade social. Tudo se perde quando está desempregado", diz ela.

Segundo a professora, estudos mostram que há correlação entre desemprego e divórcio, violência familiar e até alcoolismo. A sociedade, diz, vê o pai de família como o principal provedor da casa. Se não consegue cumprir esse papel, pode ser visto como um fracassado —e é aí que a violência familiar pode explodir.

"Ele se vê como alvo de violência no mundo e reproduz isso dentro de casa", diz. Claro, isso não ocorre sempre nem em todas as famílias. Mas, segundo Mandelbaum, é potencializado pelo magro colchão de amparo a desempregados que há no Brasil — o seguro-desemprego só tem até cinco parcelas.

"Aqui o desemprego, apesar de ser estrutural, é mais culpa do desempregado. Se o sujeito não está trabalhando é vagabundo. Não dá para por só na conta disso. Não pode ser só do trabalhador o fracasso."

Mandelbaum defende ainda que, olhando apenas para os números, a realidade pode ser mascarada de muitas outras maneiras.

"O jovem que limpa vidro no semáforo, para fins de estatística, está empregado."
Conheça algumas histórias de quem desistiu de procurar emprego:



Santa Alves, 56 - Danilo Verpa/Folhapress

Santa Alves, 56

Sem carteira desde 2010, desistiu de buscar emprego há dois anos. Enfermeira com especialização em enfermagem obstétrica, diz não ver mais lugar para ela no mercado.

"Acham que sou muito velha, que não dou conta de carregar um idoso ou uma criança." Santa só irá se aposentar aos 60 anos, daqui a quatro anos. "Tenho mais uns anos tendo que pensar em um dia de cada vez".

Mora com a filha, de 17 anos, que trabalha como jovem-aprendiz, e o marido, desempregado. "É complicado minha filha ter que ajudar nas contas. Meu marido faz bicos, mas o dinheiro também não dá para nada".



José Modesto, 57 - Danilo Verpa/Folhapress

José Modesto, 57

Seu último emprego formal foi em 2009. Por problemas na coluna, deixou de procurar emprego há um ano. Tentou várias vezes um auxílio-doença no INSS, já que ainda não tem idade para aposentar.

Porém, o benefício por incapacidade é negado porque ele, por ter ficado muito tempo sem contribuir, não está mais coberto pelo seguro social. Modesto aponta que a idade e a sua baixa formação, já que não completou o ensino fundamental, são entraves para conseguir um emprego.

"Nem adianta eu me candidatar para alguma coisa que não seja serviço braçal, porque que não passo na seleção". Ele mora em uma casa da família, conta com a ajuda dos irmãos e também com o bolsa-família para conseguir pagar as contas de luz, água e gás.



Neusa Francisca dos Santos, 56 - Danilo Verpa/Folhapress

Neusa Francisca dos Santos, 44

Mãe de uma menina de sete meses e dois meninos de 10 anos e 14 anos, ela afirma que não busca uma ocupação pois não tem quem a ajude a cuidar dos filhos. "É muito caro pagar para alguém ficar com eles só para sair e entregar currículo por aí". Conta que tem recebido auxílio da mãe para pagar as contas da casa. O último emprego com carteira assinada de Neusa é distante. "Nem lembro mais, foi em casa de família. Depois eu trabalhei em outras, mas tudo sem registro."



Priscila Figueiredo, 27 - Danilo Verpa/Folhapress

Priscila Figueiredo, 27

São os filhos que dão força para que Priscila não desista de buscar emprego. "É tanto não que a gente leva na cara que só com um motivo muito forte para não desanimar de vez". Sem renda fixa, tem se virado com alguns bicos que faz em casa de amigas. A família ainda conta com o dinheiro do marido, que continua empregado, mas a situação ficou complicada pois há uma fonte a menos de dinheiro. "Tem menos renda entrando e cada dia as contas estão mais altas. Temos que fazer malabarismos para pagar a conta de luz, que cada dia é mais cara".



Doralice de Souza, 36 - Danilo Verpa/Folhapress

Doralice de Souza, 36

Para conseguir economizar um pouco de dinheiro e evitar gastar muito com a impressão de currículos, a auxiliar de limpeza Doralice pergunta aos selecionadores se consegue preencher suas informações em fichas cadastrais nos locais de seleção.

"Assim fico com os currículos impressos na mão para entregar em lugares onde não há ficha disponível. Não é fácil imprimir ou tirar cópias de currículo toda hora, então a gente se vira como pode. O negócio é ter muita fé para não desanimar". Mãe de dois filhos, ela conta que perdeu o emprego em novembro, quando a empresa em que trabalhava mudou de clientes e substituiu sua mão de obra pela de dois homens. "Não tive o que fazer senão voltar a buscar emprego."



Jennifer Aparecida Santos, 30 - Danilo Verpa/Folhapress

Jeniffer Aparecida dos Santos, 30

É com a ajuda da mãe que a auxiliar de cozinha mantém a esperança de voltar a trabalhar. Desempregada há um ano, desde que a empresa em que trabalhava faliu, ela sai duas vezes por semana para entregar currículo, mas depende do dinheiro que a mãe coloca em seu Bilhete Único para se locomover pela cidade. "Se não for isso, não tenho o que fazer. São R\$ 8 por dia só de ônibus para procurar trabalho. Mas tenho dois filhos, tenho que dar um jeito. É isso que me faz não desanimar das coisas".

Economia cresce 0,57% em julho, diz Banco Central

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Indicadores do IBGE para serviços e comércio vieram abaixo do esperado no mês

Em julho, a economia brasileira teve uma expansão de 0,57% em relação a junho, divulgou o Banco Central nesta segunda-feira (17).

O cálculo do BC é feito através do indicador IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), e os dados são dessazonalizados, ou seja, retira-se os efeitos típicos de cada mês do número para possibilitar a comparação.

Após queda de 3,35% em maio, consequência do movimento caminhoneiro, o indicador se recuperou 3,34% em junho.

Os números do desempenho dos setores de serviço e comércio em julho, divulgados pelo IBGE na semana passada, frustraram a expectativa dos economistas, que projetaram alta para ambos.

O volume de serviços caiu 2,2% no mês passado na comparação com junho. Pesquisa da agência Reuters com analistas de mercado estimava alta de 0,4%. Já o comércio registrou o terceiro mês seguido de queda com um recuo de 0,5% em julho, para uma projeção da Reuters de alta de 0,3%.

Segundo o IBGE, a produção industrial recuou 0,2% em julho. A expectativa com os números de julho era grande porque este seria o primeiro mês de normalidade após os efeitos mais imediatos da paralisação de caminhoneiros.

IPCA para 2018 passa de 4,05% para 4,09%, aponta Focus

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os economistas do mercado financeiro ampliaram a previsão para o IPCA – o índice oficial de preços – de 2018. O Relatório de Mercado Focus divulgado nesta segunda-feira, 17, pelo Banco Central, mostra que a mediana para o IPCA este ano passou de alta de 4,05% para elevação de 4,09%. Há um mês, estava em 4,15%.

A projeção para o índice em 2019 seguiu em 4,11% pela segunda semana consecutiva. Quatro semanas atrás, estava em 4,10%. O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2020, que seguiu em 4,00%. No caso de 2021, a expectativa foi de 3,87% para 3,92%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 4,00% e 3,90%, nesta ordem.

A projeção dos economistas para a inflação em 2018 está dentro da meta deste ano, cujo centro é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 3,0% a 6,0%). Para 2019, a meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (de 2,75% a 5,75%). No caso de 2020, a meta é de 4,00%, com margem de 1,5 ponto (de 2,5% a 5,5%). Já a meta de 2021 é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

No dia 6 de setembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou deflação de 0,09% em agosto. Com isso, a inflação no ano até agosto atingiu 2,83%. Em 12 meses, o IPCA subiu 3,64%.

No Focus, entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do IPCA no médio prazo, denominadas Top 5, a mediana das projeções para 2018 foi de 4,06% para 4,17%. Para 2019, a estimativa do Top 5 foi mantida em 4,10%. Quatro semanas atrás, as expectativas eram de 4,16% e 4,20%, respectivamente.

No caso de 2020, a mediana do IPCA no Top 5 permaneceu em 4,00%, valor igual ao verificado há um mês. A projeção para 2021 no Top 5 seguiu em 3,75%, também igual ao visto um mês atrás.

Setembro

Os economistas consultados pelo Focus alteraram a previsão para a inflação em setembro de 2018, de 0,24% para 0,25%. Um mês antes, o porcentual projetado estava em 0,22%.

Para outubro, a projeção subiu de 0,30% para 0,31% e, para novembro, permaneceu em 0,30%. Há um mês, os percentuais eram de 0,29% e 0,30%, respectivamente.

No Focus agora divulgado, a inflação suavizada para os próximos 12 meses foi de 3,89% para 3,90% de uma semana para outra – há um mês, estava em 3,67%.

Preços administrados

O Relatório de Mercado Focus indicou alta na projeção para os preços administrados em 2018. A mediana das previsões do mercado financeiro para o indicador este ano passou de avanço de 7,20% para alta de 7,30%. Para 2019, a mediana se manteve em elevação de 4,80%. Há um mês, o mercado projetava aumento de 7,10% para os preços administrados neste ano e elevação de 4,73% no próximo ano.

As projeções atuais do BC para os preços administrados, no cenário de mercado, indicam elevações de 7,2% em 2018 e 4,6% em 2019. Estes percentuais foram informados no último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado em junho.

IGP-M

O relatório do BC mostrou que a mediana das projeções para o IGP-M de 2018 subiu de 8,25% para 8,71%. Há um mês, estava em 7,87%. No caso de 2019, o IGP-M projetado seguiu em 4,49%, igual ao verificado quatro semanas antes.

Calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os Índices Gerais de Preços (IGPs) são bastante afetados pelo desempenho do câmbio e pelos produtos de atacado, em especial os agrícolas.

Projeção da Selic no fim de 2018 permanece em 6,50% ao ano, mostra Focus

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica de juros) para o fim de 2018 e de 2019.

O Relatório de Mercado Focus trouxe nesta segunda-feira, 17, que a mediana das previsões para a Selic este ano seguiu em 6,50% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar. Já a projeção para a Selic em 2019 permaneceu em 8,00% ao ano, igual ao verificado há quatro semanas.

No caso de 2020, a projeção para a Selic subiu de 8,00% para 8,13%, e, para 2021, permaneceu em 8,00%. Há um mês, os percentuais projetados eram de 8,00% para ambos os anos.

No início de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC anunciou a manutenção, pela terceira vez consecutiva, da Selic (a taxa básica de juros) em 6,50% ao ano.

Em 6 de setembro, foi vez de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciar deflação de 0,09% em agosto. Com isso, a inflação no ano até agosto atingiu 2,83%. Em 12 meses, o IPCA subiu 3,64%. Nesta semana, o Copom volta a se reunir para determinar o novo patamar da Selic.

Para o grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções (Top 5) de médio prazo, a mediana da taxa básica em 2018 também seguiu em 6,50% ao ano, igual ao verificado um mês antes.

No caso de 2019, a projeção do Top 5 para a Selic permaneceu em 7,63%, mesmo patamar de quatro semanas atrás. Para 2020, a previsão foi mantida em 8,00%, mesmo percentual esperado para 2021. Há um mês, as projeções estavam em 8,50% para 2020 e 2021.

Projeção para alta do PIB de 2018 cai de 1,40% para 1,36%, mostra Focus do BC

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

A projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano caiu pela quarta vez consecutiva, de 1,40% para 1,36%, conforme o Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira, 17, pelo Banco Central. Há quatro semanas, a estimativa era de crescimento de 1,49%. Para 2019, o mercado manteve a previsão de alta do PIB de 2,50%, igual ao visto quatro semanas atrás.

No fim de julho, o BC reduziu sua projeção para o PIB em 2018, de 2,6% para 1,6%. A instituição atribuiu a mudança na estimativa à frustração com a economia no início do ano.

No fim de agosto, foi a vez de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informar que o PIB cresceu apenas 0,2% no segundo trimestre, em função dos efeitos da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio e junho. No primeiro semestre, a alta acumulada foi de 1,0%.

No relatório Focus desta segunda, a projeção para a produção industrial de 2018, porém, subiu de alta de 2,26% para elevação de 2,67%. Há um mês, estava em 2,73%. No caso de 2019, a estimativa de crescimento da produção industrial foi de 2,82% para 3,00%, mesmo patamar de quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2018 foi de 54,20% para 54,32%. Há um mês, estava em 54,25%. Para 2019, a expectativa passou de 57,60% para 57,75%, ante os 57,70% de um mês atrás.

Banco Central revisa IBC-Br de junho ante maio de 3,29% para 3,42%

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Central (BC) revisou nesta segunda-feira, 17, dados do Índice de Atividade Econômica na margem, na série com ajuste. O IBC-Br de junho ante o mês anterior foi revisado de alta 3,29% para 3,42%. Em maio, o índice seguiu negativo na revisão (de -3,28% para -3,35%).

No caso de abril, a revisão foi de 0,49% para 0,58%. O dado de março foi de baixa de -0,63% para -0,57% e o de fevereiro passou de alta 0,22% para 0,28%. Em relação a janeiro, o BC substituiu a taxa de -0,51% pela de -0,66%.

Mais cedo, o BC informou que o IBC-Br teve alta de 0,57% em julho ante junho, na série com ajuste sazonal. Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A previsão oficial do BC para a atividade doméstica em 2018 é de avanço de 1,6%, sendo que este número foi informado no fim de junho.

Câmbio para fim de 2018 sobe de R\$ 3,80 para R\$ 3,83, aponta Focus

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O relatório de mercado Focus divulgado na manhã desta segunda-feira, dia 17, pelo Banco Central (BC), mostrou uma alta no cenário para a moeda norte-americana neste ano e em 2019. A mediana das expectativas para o câmbio no fim deste ano passou de R\$ 3,80 para R\$ 3,83, ante os R\$ 3,70 verificados há um mês.

Já para 2019, a projeção dos economistas do mercado financeiro para o câmbio no fim o ano subiu de R\$ 3,70, número igual a quatro pesquisas atrás, para R\$ 3,75, no relatório divulgado nesta manhã.

Dólar subiu mais nas eleições de 2002, segundo FGV

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pleito em que Lula (PT) venceu seu primeiro mandato também registrou quedas maiores na Bolsa



Alta do dólar movimentou pregão em julho de 2002 da Bolsa Mercantil e Futuro (BM e F); na tela, projeção para cotação do dólar em Setembro daquele ano

A volatilidade recente do câmbio e da Bolsa é similar àquela observada nas eleições de 2002, embora o dólar tenha subido mais quando Lula (PT) foi eleito para seu primeiro mandato, diz Marcel Balassiano, pesquisador do IBRE FGV.

Nas outras disputas ao Planalto, não havia tanta incerteza quanto aos rumos da política econômica, diz ele.

“Em 2014, os candidatos eram mais conhecidos”, afirma Balassiano.

A recuperação lenta da economia após a recessão de 2015 e 2016, e o déficit público atual diferenciam os dois cenários. “A insegurança daquele pleito estava ligada ao risco de o PT romper com a política econômica do governo FHC, o que não aconteceu”.

Balassiano considerou em seu estudo o período do início de cada ano até o dia 13 de setembro, exceto em 2018, em que a data final foi o dia 11.

“O aumento do dólar de R\$ 3,20 para R\$ 3,50 foi causado por fatores externos, mas a subida recente, para além de quatro reais, é reflexo da dificuldade das candidaturas pró-reformas decolarem”, afirma o pesquisador sênior.

“Mudanças nas regras da Previdência são urgentes, assim como a simplificação do sistema tributário”.

Importadores reduzem compras em 30% com disparada do dólar

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 16-09-2018)

A disparada do dólar, que já subiu mais de 25% no ano e na semana passada atingiu a maior cotação desde o início do Plano Real, provocou um corte de pelo menos 30% nas quantidades importadas de alguns dos produtos mais vendidos no Natal.

A queda nos volumes de itens típicos dessa época do ano, como alimentos, bebidas e enfeites, especialmente os chineses, ocorre para evitar prejuízos com o possível encalhe. É que, com a alta do dólar, esses artigos devem ficar mais caros em reais para o consumidor.

“Calculo que a redução nas quantidades seja de 30% para mais”, diz Rita Campagnoli, presidente do Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras (Ceciex). A entidade reúne cerca de 800 empresas de médio porte que

importam boa parte dos itens vendidos pelas lojas. A redução nos volumes, diz ela, ocorre principalmente nos produtos de menor valor, porque o risco de encalhe nesse caso é maior. Os consumidores desses itens têm menor poder de compra e são os mais afetados pelo desemprego elevado.

O corte nos pedidos é confirmado por Rodrigo Luis, sócio da Winpoint Technology, especializada em importar itens da China. Segundo ele, a redução é da ordem de 25% em relação aos volumes do fim de 2017. "Negociamos para outubro e novembro entre 25 a 35 contêineres com árvores de Natal, brinquedos, tablets e artigos de decoração com luzes de LED."

Diante da incerteza política, responsável pela maior parte da alta do câmbio, na opinião dos analistas, os importadores estão preocupados porque não conseguem repassar para os varejistas os aumentos de preços. Também não têm margem para absorver a alta de custos acima do esperado, uma vez que muitas empresas não contavam com o câmbio acima de R\$ 4.

Por isso, há importadores que optam por perder menos: cancelar pedidos no exterior, abrindo mão de parte do pagamento que foi feito. "Há importadoras que cancelaram linhas de produtos", diz Rita.

Na lacuna deixada pelos concorrentes que cancelaram pedidos de Natal, Gustavo Almeida, diretor comercial da Yangzi Brasil, acredita que vai ganhar mercado. A empresa, que importa 4 mil itens, entre artigos de Natal e utilidades domésticas, decidiu manter os preços dos produtos de Natal e reajustar o de outros importados para compensar o aumento de custo nos itens de fim de ano. O empresário conta que fez três aumentos de preços neste ano que somaram 21% na linha de utilidade domésticas.

"Se eu tivesse só a linha de Natal estaria morto. Seria um ano todo jogado fora e dinheiro pessoal colocado na empresa para cobrir o prejuízo." A Casa Santa Luzia, tradicional revenda de alimentos e bebidas estrangeiros, sentiu a interrupção nas linhas de importados.

"Muitas importadoras deixaram de trazer uma série de coisas porque acharam que o preço não seria competitivo", explica a diretora Ana Maria Lopes. A saída é substituir o importado por um similar nacional, quando há, porque a importação por conta da própria empresa só se justificaria se fosse feita em grandes volumes.

"O poder aquisitivo caiu e as pessoas estão comprando menos importados", diz a diretora da Santa Luzia, voltada para o consumidor de maior renda. Para se ajustar à nova realidade de mercado, a empresa chegou a trocar alguns fornecedores no exterior e reduziu os volumes de itens exclusivos, como panetone italiano.

Tradings

A freada nas importações de Natal não foi sentida pelas grandes empresas de comércio exterior. Elas normalmente importam carros e bens duráveis de maior valor. Isso acaba mais que compensando o recuo de bens não duráveis.

Lilia Miranda, diretora da Abece, associação que reúne as grandes tradings, espera um pequeno aumento, de 5% – menor do que o previsto –, nas importações de fim de ano feitas por essas empresas.

Atrasar embarque pode ajudar a reduzir prejuízos

Importadoras que mantiveram os volumes de encomendas de final de ano tentam ganhar tempo para reverter as pressões de alta no câmbio. Uma das estratégias tem sido adiar os embarques no exterior, na expectativa de que o dólar dê uma trégua após o resultado das eleições.

Ciro Lilla, presidente das importadoras de vinhos Mistral e Vinci, que trazem 3 mil rótulos de 15 países, conta que, quando a cotação do dólar beirou R\$ 4, o grupo decidiu atrasar os embarques no exterior. "Atrasamos na expectativa de pegar um dólar menor na hora de nacionalizar o produto."

Com a disparada do câmbio, os importadores foram duplamente penalizados, explica o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. Isso porque eles têm de desembolsar mais reais para trazer o produto de fora e gastam uma cifra maior para nacionalizá-lo.

Nacionalizar a importação significa pagar todos os impostos e as despesas e taxas com frete portuário. A conversão dessas despesas de dólares para reais é feita usando a cotação do câmbio do dia anterior à data do desembarque do produto no porto. Com isso, as despesas de nacionalização, que já são elevadas, acabam sendo maiores ainda quando o dólar sobe.

Castro explica que a cifra gasta para nacionalizar um importado é o dobro do valor do produto em dólar, independentemente da taxa de câmbio. "O cenário para os importadores é muito ruim neste ano porque eles perdem sob o aspecto cambial e tributário", disse Castro.

Há também importadoras que tentam ganhar tempo de outra maneira: renegociando os prazos de pagamento com os fornecedores no exterior. "Muitos tentaram renegociar principalmente prazos", conta a presidente do Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras, Rita Campagnoli.

Para Castro, da AEB, quem consegue renegociar contrato tem sorte. "Pode ser até que para preservar clientes, os fornecedores aceitem alguma coisa, mas isso é uma raridade", diz.

Desconto. Na Mistral, onde o volume de vinhos importados está mantido, o presidente da importadora conta que tem conseguido pequenos descontos nas novas compras com alguns países. "Na compra, a gente chora e explica que é uma situação emergencial por conta das eleições." Neste momento, a empresa decidiu não repassar a alta do câmbio para os preços porque não vê espaço para aumentos. Com isso, tem conseguido ampliar as vendas.

Conselho da Volkswagen prepara medidas para IPO de caminhões, diz agência

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 15-09-2018)

Abertura de capital deve envolver marcas Scania e MAN, que têm fábricas no Brasil

O conselho da Volkswagen está trabalhando na decisão de abrir o capital de sua divisão de caminhões, medida que geraria novos recursos para que a unidade possa desafiar as líderes globais Daimler (produz modelos Mercedes-Benz) e Volvo, segundo pessoas ouvidas pela agência Bloomberg.

A VW planeja discutir o assunto no início da semana que vem, em reuniões nos bastidores do Salão de Hannover, na Alemanha, principal evento do setor de veículos pesados.

A unidade de caminhões da montadora também organizará um evento para os mercados de capitais no fim da semana, disseram as fontes à Bloomberg.

A VW pretende listar ações da unidade de caminhões no ano que vem, mas o momento exato dependerá das condições de mercado, disseram.

A Volkswagen ainda não deu autorização formal a nenhum banco, mas, segundo pessoas familiarizadas com o assunto, Goldman Sachs e Bank of America estão bem posicionados para se tornarem coordenadores globais da abertura de capital da Traton, atual nome da divisão de veículos pesados do grupo VW.

A Volks pode contratar também um terceiro banco para liderar a transação, disse outra fonte à Bloomberg. Representantes da VW e dos bancos preferiram não comentar.

A divisão foi transformada em uma empresa com ações e rebatizada Traton neste ano para diferenciá-la de forma clara da divisão de carros de passageiros da VW, de maior porte.

Os principais acionistas da VW-incluindo o estado alemão da Baixa Saxônia, que tem participação de 20%, e os poderosos sindicatos de funcionários da empresa -- apoiaram o projeto.

O IPO da unidade-que compreende a marca sueca Scania, altamente rentável, a marca alemã de caminhões e ônibus MAN e um negócio no Brasil-- representa a mudança estrutural mais significativa da VW até o momento em meio a uma grande reformulação.

As marcas do grupo têm linhas de produção nacionais. A Scania monta seus caminhões em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo). A fabricação de modelos MAN e Volkswagen é feita em Resende (RJ).

O novo CEO, Herbert Diess, está trabalhando para transformar a maior fabricante de veículos do mundo em uma empresa menos centralizada e mais ágil até 2025 para, assim, enfrentar a mudança sísmica do setor em direção aos veículos elétricos e a novos serviços digitais.

A rival alemã Daimler também está adotando uma nova estrutura corporativa que dará mais independência a sua divisão de caminhões, mas os executivos têm mantido sigilo, por ora, a respeito de um possível IPO.

O chefe da divisão de caminhões da VW, Andreas Renschler, tem sido o principal defensor do esforço mais intenso da fabricante para melhorar a cooperação entre Scania e MAN e expandir a presença da divisão fora da Europa.

Ele entrou na Volkswagen em 2015 após quase uma década à frente da unidade de caminhões da Daimler, a maior fabricante de veículos comerciais do mundo em receita.

Uma venda de ações bem-sucedida levantaria recursos para a campanha de Renschler para recuperar o atraso em relação às rivais em termos de alcance global. No início do ano, a fabricante assinou um acordo de cooperação com a Hino, uma divisão da Toyota Motor, e está procurando também aumentar sua presença na China.

Se comparada à Daimler, dona da marca de caminhões Freightliner, ou com a Volvo, que fabrica modelos Mack, a divisão VW conseguiu apenas recentemente uma presença na América do Norte com a aquisição, há dois anos, de uma participação na americana Navistar International, do mesmo ramo.

A empresa anunciou em abril que o aumento da participação na Navistar e até uma possível aquisição são opções consideradas.

Incorporadoras chinesas oferecem BMW como brinde para atrair compradores

17/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 14-09-2018)

Carros e descontos sugerem que empresas endividadas estão usando todos os recursos disponíveis para aumentar receita

As incorporadoras imobiliárias da China estão oferecendo carros de luxo de brinde e grandes descontos para atrair compradores em um momento em que os limites aos empréstimos e as restrições aos financiamentos pressionam suas finanças.

A China Merchants Shekou Industrial Zone Holdings está oferecendo um BMW Série 3 ou X1 aos compradores de uma unidade com três dormitórios ou de uma cobertura em seu empreendimento em Xangai. O carro, ou a quantia em dinheiro, equivale a um desconto de cerca de 10% no preço de 3,1 milhões de yuans (US\$ 450 mil ou R\$ 1,87 milhão) do apartamento de 89 metros quadrados.



Nova geração do BMW X1, que será produzida no Brasil - Divulgação

Nos 646 projetos da China Evergrande Group em todo o país, o desconto básico de 11% pode chegar a 26% quando adicionados itens extras, como descontos para compradores indicados por funcionários da Evergrande ou por clientes anteriores.

Outro incentivo: a entrada necessária é de apenas 5%, em vez do depósito normal de 30% exigido pelos governos locais. As incorporadoras estão preenchendo a diferença oferecendo planos de parcelamento de vários anos como forma de contornar os limites mais elevados pensados para afastar especuladores imobiliários.

Os brindes e descontos sugerem que as incorporadoras endividadas estão usando todos os recursos disponíveis para aumentar a receita, já que o setor enfrenta o vencimento recorde de US\$ 23 bilhões no primeiro trimestre de 2019. Ao mesmo tempo, com a determinação da China de controlar os preços dos imóveis residenciais, as incorporadoras têm mais dificuldade para gerar dinheiro rápido com vendas.

“O financiamento está se tornando difícil para todos, inclusive para as grandes empresas”, disse Sabrina Wei, chefe de pesquisa para o norte da China da Cushman & Wakefield em Pequim. “Elas precisam dos descontos para aumentar as receitas e arrecadar dinheiro.”

As incorporadoras da vizinha Hong Kong também estão oferecendo benefícios como pacotes gratuitos de viagens e crédito facilitado para atrair compradores, sinal de que um dos mercados imobiliários mais aquecidos do mundo pode finalmente estar começando a esfriar.



Vista dos arranha-céus de Xangai, a maior metrópole da China - AFP

No projeto "Harmonious" da China Merchants Shekou, os possíveis futuros compradores garantiram apenas 25 dos 350 apartamentos, segundo registros de terrenos locais. Apenas oito compradores se inscreveram no projeto de 223 unidades "Magnolia Garden", da Gezhouba Real Estate, na região oeste de Xangai. No norte da cidade, o complexo de 161 unidades da Sanxiang Impression atraiu apenas cinco pessoas.

"Os projetos imobiliários já não são fáceis de vender", disse Wei, da Cushman. "Em breve, poderemos ter deixado para trás essa longa e otimista temporada imobiliária."

Preço da gasolina nas refinarias é mantido na máxima de R\$ 2,2514 para dia 18

17/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Petrobras anunciou a manutenção do preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias em R\$ 2,2514 para a terça-feira, dia 18. Com isso, o combustível permanece na máxima histórica desde que a estatal passou a divulgar o preço médio diariamente em seu site, em 19 de fevereiro.

Já o preço do diesel permanece em R\$ 2,2964, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em 6 de setembro, a diretoria da companhia anunciou que além dos reajustes diários da gasolina, terá a opção de utilizar um mecanismo de proteção (hedge) complementar.

ZF Aftermarket avança no Brasil com canais digitais e Openmatics

17/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 16-09-2018)



Openmatics, plataforma de telemetria aberta e multimarca da ZF, está em testes no Brasil

Empresa amplia comunicação com reparadores e caminhoneiros; plataforma de telemetria está em testes

As diversas disruptões tecnológicas exibidas na Automechanika Frankfurt este ano também vão chegar ao mercado brasileiro de peças de reposição e serviços automotivos, ainda que em passo mais lento. Mas já é possível aproveitar os canais digitais já existentes para ampliar a comunicação com os diversos públicos desse universo.

É o que tem feito a **ZF Aftermarket** no Brasil, que investe na abertura de novas linhas de conexão com reparadores e caminhoneiros, além de desenvolver adaptações para sua plataforma aberta multimarca de telemetria, a Openmatics, que começa a ser introduzida gradativamente no País.

"Tínhamos pouca comunicação com nossos clientes finais, especialmente reparadores e caminhoneiros. Os canais digitais abriram essa possibilidade. Estamos usando com sucesso algumas soluções que estão até sendo copiadas por outras unidades da ZF no mundo", destacou João Lopes, diretor da ZF Aftermarket América do Sul.

Visitando a Automechanika na semana passada, Lopes estava entusiasmado com as oportunidades que surgem com o maior uso da comunicação digital. Para estreitar o relacionamento com reparadores, ele citou o programa "Amigo Bom de Peça", uma série de vídeos explicativos curtos (2 a 5 minutos) abrigados em um portal lançado pela empresa há pouco mais de um ano.

"Percebemos que muitos mecânicos não conseguiam acompanhar a velocidade da evolução tecnológica, então criamos o programa para passar essas orientações de forma rápida e simplificada, na medida do que esse público precisa para executar seu trabalho sem problemas", explica o executivo.

Já existem 21 vídeos hospedados e a ZF coloca no site um novo a cada 45 dias em média, com diversos tipos de orientação prática – qual a diferença entre direção hidráulica e elétrica, por exemplo.

Depois de assistir cada capítulo, o webspectador é convidado a fazer um pequeno teste e ganha um certificado se acertar 90% das questões. A empresa já emitiu 12 mil certificados em um ano e quatro meses.

"Eu não conseguiria habilitar nem um quarto desse número de pessoas com treinamentos presenciais no mesmo período", pontua Lopes. "Continuamos a promover os cursos presenciais, mas esse canal nos deu velocidade sem precedentes."

Outras unidades do grupo já estão copiando o Amigo Bom de Peça: os vídeos estão sendo traduzidos para 16 línguas, incluindo chinês, alemão, russo, espanhol e inglês. "Virtualmente vamos atingir o mundo todo", comemora Lopes.

CONEXÃO DIRETA COM CAMINHONEIROS E FROTISTAS

Em outra frente estratégica de comunicação, a ZF fechou um acordo de exclusividade para fornecimento de autopeças no aplicativo de fretes TruckPad, usado diariamente por 50 mil caminhoneiros em todo o território brasileiro.

Por meio do canal com geolocalização, a empresa sabe em tempo real onde e qual tipo de caminhão está rodando pelo País. Com isso, pode enviar ao celular do motorista lembretes de manutenção e promoções de troca de peças no posto de serviço mais próximo naquele momento.

A efetividade do aplicativo é grande: " Fizemos uma parceria com cinco varejistas para lançar a marca no TruckPad e enviamos um cupom eletrônico para troca por um brinde. Mais de 80% dos cupons foram coletados no primeiro dia da campanha", relata Fernanda Giacon, gerente de marketing da ZF Aftermarket América do Sul.

Ao mesmo tempo, há cerca de um ano a ZF testa no Brasil sua plataforma aberta de telemetria, a Openmatics, que funciona em qualquer veículo e por isso pode ser adotada por frotas multimarcas. Com cerca de 75 funcionalidades, a Openmatics está sendo provada em duas empresas, uma fabricante de caminhões e um frotista de vans.

"Oferecemos uma boa solução, tecnologicamente muito completa, mas temos de adaptar para o Brasil. Por exemplo, para o País são necessárias mais funções de segurança do que na Europa. Outra questão é a forma de venda: no mercado brasileiro

a maioria dos frotistas quer comprar essa telemetria como um serviço, não como um equipamento; e para isso vamos tentar fazer parcerias com startups e bancos para vender o serviço”, explica Lopes.

Segundo ele, o equipamento é de fácil instalação, conectado na central eletrônica OBD. A Openmatics transmite para a nuvem diversos dados do veículo e da carga – que pode inclusive receber etiquetas com chip para medir dados como entrada e saída, vibração e temperatura.

É possível monitorar consumo, velocidade, aceleração, intensidade de frenagens, inclinação e até a imagem do lugar por onde o caminhão passa, entre outras informações. Esses dados podem ser repassados ao motorista por meio de uma tela no painel e também transmitidos via conexão com GPS e telefonia celular 3G e 4G, para reduzir possíveis áreas de sombra de sinal.

“Até 2020 a Openmatics deverá entrar comercialmente no mercado, até agora avaliamos que é viável, mas precisa de adaptações”, diz Lopes. “Algumas tecnologias mais avançadas [que estão sendo apresentadas na Automechanika], como uso de realidade aumentada, são elementos que ainda demoram mais a chegar, até porque nem na Europa isso está maduro para uso. Mas estamos avançando rápido, em breve teremos mais novidades que serão verdadeiras disrupções”, promete.

O aftermarket brasileiro representa cerca de 20% do faturamento da ZF na América do Sul, porcentual quase duas vezes maior do que a média global da companhia, em torno de 10%, equivalentes a € 3,5 bilhões do total de € 36 bilhões faturados em 2017.